CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 280/95 - Apenso Guichê nº 180/95
 INTERESSADA: Tammy Cristina de Souza Paes Leme
 ASSUNTO: Recurso contra Avaliação Final
 RELATORA: Consª Marilena Rissutto Malvezzi
 PARECER CEE Nº 529/95 - CEPG - APROVADO EM 12-07-95

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

Tammy Cristina de Souza Paes Leme, aluna regularmente matriculada, em 1994, na 7ª série do 1º grau, na EEPSG "Torquato Caleiro", DE de Franca, ao final do ano letivo foi considerada retida por falta de aproveitamento em Matemática, conforme quadro abaixo:

COMPONENTES	1º BIM	2º BIM	3º BIM	4º BIM	M. FINAL
Português	C	C	C	C	C
Matemática	C	E	D	B	D/E*
História	C	C	C	D	D/C*
Geografia	C	C	C	C	C
C.F.B.P.S.	C	A	C	C	B
Inglês	E	B	D	A	C
Educação Física	B	C	C	C	C

* após recuperação final

Sua mãe, inconformada com essa decisão, recorreu junto a todas as instâncias, chegando a este Colegiado, conforme prevê a Deliberação CEE nº 03/91, com as alterações introduzidas pela Deliberação CEE nº 09/92.

PROCESSO CEE Nº 280/95

PARECER CEE Nº 529/95

A requerente, em seu recurso, aponta as seguintes ilegalidades: um único instrumento de avaliação, quantificação numérica ao invés de menções, resultado da avaliação final que não reflete o desempenho global da aluna durante o período letivo e discriminação contra a aluna.

A Comissão de Supervisores de Ensino, devidamente designada, ao apreciar o expediente à luz da legislação acima citada, verificou e analisou: fichas individuais da aluna (6ª e 7ª séries), Ata da Reunião do Conselho de Classe, parecer decisório da Diretora da Escola, instrumentos de avaliação, Diário de Classe e Termo de Visita do Supervisor de Ensino responsável pela UE, constatando "que a mesma apresenta menções, que não garantem sua aprovação, uma vez que não conseguiu atingir os objetivos essenciais mínimos para a série subsequente. Após recuperação final na 6ª série, obteve menção "C", sendo aprovada para a 7ª série". Na série em questão, a aluna continuou apresentando defasagens, o que parece demonstrar que não houve um acompanhamento suficiente e capaz de reverter o quadro apresentado pela mesma.

A referida Comissão, ao analisar o Diário de Classe do componente Matemática, detectou a utilização de menções, embora o professor tivesse atribuído anteriormente como parâmetro, quantificação numérica; sugere à direção da UE, que o alerte para que não proceda nos moldes tradicionais de avaliação.

Em face da análise circunstanciada, concluiu aquela Comissão, por ratificar a decisão da direção da EEPSPG "Torquato Caleiro", que manteve a retenção da aluna, em que pese os procedimentos do professor de

PROCESSO CEE Nº 280/95

PARECER CEE Nº 529/95

Matemática que podem ser considerados incorretos. A Delegada de Ensino acolheu o referido parecer, dando ciência à interessada, determinando à direção da UE, a orientação sistemática das normas regimentais (avaliação) a seus professores, para evitar irregularidades futuras.

O Artigo 76 do Regimento das Escolas de 1º Grau reza:

"Na avaliação do aproveitamento deverão ser utilizados, no decorrer de cada bimestre, dois ou mais instrumentos elaborados pelo professor sob a supervisão do Coordenador Pedagógico ou, na inexistência deste, do Diretor da Escola".

1.2 APRECIÇÃO

O presente caso de recurso de avaliação final é um exemplo típico onde todos os envolvidos têm responsabilidade pelo ocorrido.

Vejam os:

- a aluna foi promovida da 6ª para a 7ª série com defasagem de conteúdos, devendo receber da escola atenção especial, já que a promoveu nessas condições, e isso não ocorreu;

- a família da aluna deveria ter ciência dessa dificuldade e assumir compromisso em conjunto com a escola, garantindo durante todo o ano o suporte necessário, inclusive evitando que fossem constantes as ausências às aulas;

-as autoridades escolares que enfatizaram em seus relatórios a necessidade do cumprimento dos preceitos legais, regimentais quanto à avaliação, devem com o mesmo ímpeto garantir que se cumpram os objetivos educacionais do ensino de 1º grau, oferecendo o suporte técnico-pedagógico para que os alunos prossigam seu desenvolvimento com a conseqüente diminuição dos casos de retenção, que tem sido medida inócua para o sistema de ensino e para o alunado em geral;

- os relatórios da direção e da supervisão deixam de informar se a escola está incluída no Programa de Escola-Padrão e, se fosse o caso, as análises e observações deveriam partir das condições oferecidas à escola e da otimização dessas condições;

- na escrituração do Diário de Classe e do Plano de Ensino de Matemática, podemos ver rasuras, emendas, falta de assinaturas dos responsáveis, anotações imprecisas e a lápis e nada consta dos relatórios da direção e da supervisão relativo a esse aspecto;

- assim, também, no parecer dos supervisores não consta informação quanto à questão do número de avaliações mínimas a que a aluna tem direito, e muito menos se houve cumprimento do plano escolar quanto ao processo de ensino e respectiva correlação dos instrumentos de avaliação da aprendizagem;

- não se pôde perceber nos relatos das autoridades da escola, se a troca de professores e o número de aulas que deixaram de ser ministradas foram acompanhadas por um trabalho de suporte da ação dos docentes envolvidos para se garantir a continuidade e a coerência dos trabalhos escolares;

PROCESSO CEE Nº 280/95

PARECER CEE Nº 529/95

- o processo, ao tramitar por este Conselho, levou aproximadamente 70 dias, entre a data da autuação e a data do encaminhamento à CEPG, tempo suficiente para prejudicar qualquer que seja a decisão deste Colegiado.

Diante de tantos senões e diante da avaliação constante do processo no último bimestre em Matemática que indica esforço da aluna, parece-nos que cabe deferimento da solicitação e mesmo que a aluna tenha dificuldades acumuladas deve a Escola garantir-lhe suporte para recuperação paralela, na 8ª série, a ser cursada em 1995.

2. CONCLUSÃO

À vista do exposto, defere-se o recurso em favor de Tammy Cristina de Souza Paes Leme, aluna da 7ª série do 1º grau, em 1994, na EEPSPG "Torquato Caleiro", DE de Franca, aproveitando-se a frequência do corrente ano letivo. Deve a escola providenciar a necessária reposição de conteúdos, objetivando superar as dificuldades acumuladas pela aluna.

Nesse sentido, deve a Supervisão garantir a efetiva aplicação dessas medidas.

São Paulo, 12 de junho de 1995

a) Cons^a Marilena Rissutto Malvezzi
Relatora

PROCESSO CEE Nº 280/95

PARECER CEE Nº 529/95

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros:: Agnelo José de Castro Moura, Bahij Amin Aur, Eliana Asche, Marilena Rissutto Malvezzi, Mário Ney Ribeiro Daher e Nicolau Tortamano.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 21 de junho de 1995.

a) Cons^a Marilena Rissutto Malvezzi
Vice-Presidente da CEPG

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de julho de 1995.

a) Cons. NACIM WALTER CHIECO
Presidente